



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

### SENTENÇA

Processo nº: **1000901-63.2018.8.26.0472**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Garantias Constitucionais**  
 Impetrante: **Espólio de José Ferronato**  
 Impetrado: **Delegado Regional Tributário de Araraquara da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – Pf 11 e outro**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

#### Vistos.

**ESPÓLIO DE JOSÉ FERRONATTO** representado pelo único filho herdeiro e inventariante **JOSÉ LUIZ FERRONATO**, qualificados nos autos, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar contra ato praticado pelo **DELEGADO REGIONAL TRIBUTÁRIO DE ARARAQUARA**, sustentando, em breve síntese, que no dia 03.05.2014, o Sr. José Ferronato faleceu sem deixar testamento, deixando um único filho o ora requerente José Luiz Ferronato e uma área de terras, destacada do imóvel rural denominado SITIO BOA VISTA. Informou que as autoridades coatoras compele o contribuinte a pagar o mencionado tributo utilizando como base de cálculo a ilegal fórmula prevista no parágrafo único do art. 16 do Decreto Estadual nº 46.655/2002, que alterou substancialmente o texto do art. 13 da Lei Estadual nº 10.705/2000 que regula o ITCMD, pleiteou a concessão da liminar, bem como a da ordem, a fim de que o recolhimento do valor do referido imposto seja feito com base nos valores declarados para fins de recolhimento do Imposto Territorial Rural.

Com a inicial (fls. 01/16), vieram documentos (fls. 17/140).

A liminar foi indeferida (fl. 157).

A Fazenda Pública requereu seu ingresso na demanda como assistente litisconsorcial (fls. 187/188), tendo seu pedido deferido (fl. 158).

Notificada, a autoridade coatora prestou informações (fls. 189/197), alegando, em síntese, que ao contrário do que sustenta o impetrante, a exigência de complementação do valor do ITCMD, baseada na Lei n. 10.705/2000, não configura ofensa à legalidade e irretroatividade da lei tributária. Disse que o Decreto Estadual nº 46.655/02, ora atacado pelo impetrante, traz a mesma determinação aplicável à matéria, não inovando sobre o tema, esclarecendo que o valor venal do bem seria o mesmo que o valor de mercado. Alegou também, que a base de cálculo do ITR não se confunde com a do ITCMD, e que o impetrante busca com o presente *writ* descumprir a legislação regulamentadora da matéria, pois não trouxe qualquer elemento técnico que demonstrasse a correção dos valores que pretende utilizar como base de cálculo e, por isso, o mandado de segurança deve ser extinto sem julgamento de mérito, ante a

**1000901-63.2018.8.26.0472 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

impossibilidade de produção de provas, requerendo, no mérito, a denegação da ordem.

Intimado, o Ministério Público deixou de ofertar parecer, ante a ausência de interesses tuteláveis por este (fl. 210).

**É o relatório.**

**Fundamento e decidido.**

Em que pese os argumentos trazidos nas informações prestadas pela autoridade coatora impetrada, sua tese não merece prosperar.

Isso porque, a base de cálculo do ITCMD deve-se pautar pelo valor venal do imóvel apurado para fins de ITR e não o seu valor de mercado.

Da redação do artigo 38 do Código Tributário Nacional extrai-se a seguinte previsão: "A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos".

No mesmo sentido, a redação dos artigos 9º e 13, I, da Lei Estadual nº10.705/00: "Art. 9º - A base de cálculo do imposto é o valor venal do bem ou direito transmitido, expresso em moeda nacional ou em UFESPs (Unidades Fiscais do Estado de São Paulo)"; "Art. 13, I, - No caso de imóvel, o valor base de cálculo não será inferior: I - em se tratando de imóvel urbano ou direito a ele relativo, ao fixado para lançamento do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU".

Fica claro, portanto, que o valor da base de cálculo a ser observado é o valor venal do imóvel utilizado para fins de ITR, não podendo prevalecer a convicção do impetrante.

A jurisprudência já consolidou esse entendimento, a saber:

*“Agravamento regimental. Inventário. Cálculo do ITCMD incidente sobre a transmissão de bem imóvel. Decisão agravada que determinou que a base de cálculo do tributo corresponda ao valor venal do imóvel apurado para fins de IPTU. Insurgência no sentido de que o imposto deve ser calculado sobre o valor de mercado do bem. Incidência do art. 38 do Código Tributário Nacional, o qual define que 'A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos'. Exegese dos artigos 9º e 13, I, da Lei Estadual nº 10.705/2000 que se afina à decisão agravada. Agravamento desprovido.” (TJSP, 7ª Câmara Agravamento Regimental nº 2047883-84.2014, que teve como Relator o Desembargador ROMOLO ROSSO);*

*“MANDADO DE SEGURANÇA. ITCMD. Pretensão à fixação da base de cálculo correspondente ao valor venal estabelecido para fins de IPTU - Fisco que atribui para os bens imóveis transmitidos valor de referência adotado pela legislação do ITBI. Inadmissibilidade - Inaplicabilidade do Decreto 46.655/2002 alterada pelo Decreto 55.002/2009 Inteligência do art. 38 do Código Tributário Nacional e § 1º, do artigo 9º, da Lei Estadual nº 10.705/00 Sentença*

**1000901-63.2018.8.26.0472 - lauda 2**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

*concessiva da ordem Recursos oficial e da FESP não providos (Apelação n. 1034224- 94.2014, Rel. REINALDO MILUZZI, 6ª Câm. Direito Público, j. 16.03.2015)”;*

*“INVENTÁRIO. Cálculo do ITCMD. Valor venal do imóvel à época do falecimento da autora da herança. Pretendida exigência do fisco quanto à alteração da base de cálculo do ITCMD, nos termos do Decreto Estadual nº 55.002/09. Inadmissibilidade. Ilegalidade da utilização de atual valor de mercado. Recurso provido (AI n. 2057448-09.2014, 6ª Câmara Dir. Privado, Rel. FRANCISCO LOUREIRO, j. 17.04.2015”.*

*“INVENTÁRIO - Decisão que determinou como base de cálculo do ITCMD o valor venal do imóvel. Insurgência. Alegação de que deve ser utilizado o valor de mercado estimado - Descabimento - As regras a serem observadas no cálculo do ITCMD serão aquelas em vigor ao tempo da abertura da sucessão. Correta a adoção do valor venal adotado como base de lançamento do IPTU, nos termos do art. 13 da Lei Estadual nº 10.705/00 Precedentes deste E. TJSP Decisão mantida Recurso não provido (AI n. 20009020-59.2015, 5ª Câmara Dir. Privado, Rel. MOREIRA VIEGAS, j. 25.02.2015).”.*

Saliente-se, ainda, que o Decreto Estadual nº55.002/09, ao permitir a adoção de base de cálculo diversa daquela estabelecida por lei, de fato, viola o princípio da reserva legal, pois o artigo 97, II, § 1º, do Código Tributário Nacional prevê, de forma clara, que nenhum tributo será instituído ou aumentado, a não ser por meio de lei ou nas hipóteses previstas na Constituição Federal.

Descabida, portanto, a tese lançada pelo fisco, no sentido de se observar a alteração da base de cálculo do ITCMD através de Decreto Estadual.

Ante o exposto, CONCEDO A ORDEM, determinando que a autoridade coatora se abstenha de exigir o recolhimento do ITCMD nos termos previstos pelo Decreto Estadual nº 46.655/02, a fim de que o recolhimento do ITCMD se dê com base nos valores declarados para fins de Imposto Territorial Rural.

Condeno a autoridade impetrada ao pagamento das custas despesas processuais, deixando de fixar honorários advocatícios (art. 25 da Lei 12.016/09).

P.I.C.

Araraquara, 26 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**